|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM EDUCAÇÃO DO CAMPO 2012-2014**

**TRABALHO DE FINAL DE CURSO**

**CONTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TEIJIN EM NOVA ANDRADINA-MS.**

**Aluno: Ivanildo Rodrigues dos Santos**

**Professora Orientadora : Ma. Ilza Alves Pacheco**

**Professora Coorientadora : Suely Cristina Soares da Gama Pereira**

**Tutora: Suely Cristina Soares da Gama Pereira**

**Banca:**

**CONTRIBUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TEIJIN EM NOVA ANDRADINA-MS.**

Ivanildo Rodrigues dos Santos1.

Ilza Alves Pacheco2.

Suely Cristina Soares da Gama Pereira3.

**RESUMO**

Este Artigo sobre Relato de Experiência tem o objetivo de estudar e analisar a Contribuição da Assistência Técnica, Social e Ambiental-ATES e sua importância, para a Educação do Campo associando ao desenvolvimento sustentável do campo brasileiro para a agricultura familiar. A ATES propicia/promove em parceria com agricultores e agricultoras familiares, sociedade civil e Governo, o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, nesse caso em específico o Projeto de Assentamento da reforma agrária, oriundo do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/SR16/MS. Relata de acordo com o conhecimento dos agricultores e agricultoras familiares assentados e participantes, suas opiniões e conhecimentos quanto à temática abordada: Educação do Campo (política pública). Portanto, o relato, acima de tudo apresenta a necessidade da criação e implantação de Políticas Públicas aos homens e mulheres do Campo, mas com a participação dos mesmos na construção dessas ações e não somente como categoria e/ou local a ser beneficiada/o com essas ações. As ações precisam necessariamente ser desburocratizadas, para que tenham o seu objetivo atingido, saindo do campo da criação e da divulgação, para atender os beneficiários/as rurais, fazendo com que no dia a dia passe pelo crivo da análise dos beneficiários/as e com isso possibilite a realização de proposituras, no intuito da qualificação das referidas ações e consequentemente maior eficiência na execução das Políticas Públicas, principalmente quanto a de Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Assistência Técnica. Políticas Públicas.

\_­­­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**1**Aluno do Curso de Especialização em Educação do Campo, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/EaD (2012-2014), Pólo de Campo Grande, MS. E-mail: [galter10@hotmail.com](mailto:galter10@hotmail.com).

**2**Trabalho de Final de Curso, desenvolvido em 2012-2014, sob a orientação da Profa Ma. Ilza Alves Pacheco, SEMED (2012-2014). E-mail: [ilza.educ@gmail.com](mailto:ilza.educ@gmail.com).

**3** Trabalho de Final de Curso, desenvolvido em 2012-2014, sob a coorientação da Profª. Especialista Suely Cristina Soares da Gama Pereira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/EaD (2012-2014). E-mail: [suely.gama@hotmail.com](mailto:suely.gama@hotmail.com).

**INTRODUÇÃO**

A agricultura brasileira vive um processo de modernização, sendo esse um processo

conservador, parcial, excludente, perverso e ecologicamente insustentável (que acelera a exclusão social, bem como a degradação ambiental), causador evidente de prejuízos sociais, políticos, e promovido principalmente pelo modelo agrário e agrícola imposto ao país. Para que o cenário atual da agricultura brasileira se transforme em um futuro de desenvolvimento sustentável, igualitário, gerador e distribuidor de renda e ecologicamente sustentável, são necessárias ações e Políticas Públicas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar. Concomitantemente com Políticas Públicas que possam promover a Educação do Campo, embasadas na realidade do campo no Brasil, com a contribuição da Assistência Técnica,

Social e Ambiental-ATES.

Diante desses fatores relevantes é que esse Relato de Experiência foi desenvolvido objetivando o estudo e a análise da importância e a Contribuição da Assistência Técnica, Social e Ambiental-ATES para a Educação do Campo no Projeto de Assentamento Teijin em Nova Andradina-MS, por meio de um pesquisa realizada em uma reunião denominada **“roda de discussão/diálogo”** realizada com grupo de 18 (dezoito) agricultores(as) familiares assentados na referida comunidade. O grupo escolhido para participar dessa atividade, teve como critério primordial de ter recebido e/ou participado de ações de capacitação da Associação CRESCER, bem como, o interesse em dialogar e contribuir nessa temática.

**1. A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Para compreendermos a Educação do Campo no Brasil não há como desvincularmos dos traços coloniais presentes no Brasil até hoje, tendo em vista que os primeiros registros da educação no campo mostram que era praticada nas sedes de algumas fazendas, com salas de aula montadas para atender os filhos dos empregados. Portanto, a reunião de filhos de empregados de fazendas circunvizinhas ocorria sempre.

Precisamos entender que a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, jamais foi colocada como prioridade, e sempre foi feita pautada em uma pedagogia elitista com fortes traços da educação jesuíta praticada na época colonial, ou seja, atendendo sempre aos detentores do capital/poder. Embasado nesse “conceito” errôneo, é que a formação do homem do campo sempre foi esquecida, vista como não necessária, criando o pensamento de que não haveria a necessidade de levar ao campo ensinamentos mais profundos, ficando no suficiente: apenas ler e escrever.

As escolas construídas/criadas no campo brasileiro praticavam o mesmo modelo de educação desenvolvida no meio urbano, descaracterizando totalmente a realidade do campo, mas mesmo assim, não era questionada, e nem era contrariada.

Mas com o passar dos anos, com a migração do homem do campo para a cidade, ou seja, a crescente urbanização. Inicia-se o processo de questionamento quanto a essa forma de educação praticada no meio rural, que em geral era proporcionada em salas multisseriadas e isolada, com pouca eficácia. Portanto, iniciativas de caráter assistencial e privado passaram a reivindicar uma educação de sentido mais prático e utilitário, insistindo na necessidade de escolas adaptadas à vida rural, e que realmente pudessem representar a realidade do campo.

Foram desencadeados vários movimentos durante as décadas de 1950 e 1960 com amplo engajamento político dos profissionais da educação que tinham como objetivo ofertar uma educação de qualidade que viesse de encontro às camadas mais baixa da sociedade e que viesse de encontro ao contexto social vivenciado por elas, bem como que respeitasse as especificidades do homem do campo.

A partir da metade dos anos 70, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, os movimentos sociais assumem um caráter de luta pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicação de direitos, fazendo com que as diferentes iniciativas situadas no campo da educação popular - educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária - comecem a ser pensadas dentro de uma análise crítica de sua relação com a educação escolar e da formação para o trabalho (FENG, 2007, p. 11).

Entretanto, esses movimentos sociais, assim como o engajamento dos profissionais da educação, foram cerceados com o advento do militarismo (governo militar), por meio da repressão política e policial. E com isso, precisamos entender que os movimentos sociais protagonizam as “lutas” com objetivo da democratização social, fomentando assim iniciativas de educação popular, mas que permitissem análise críticas em relação com a educação escolar e também da formação para o trabalho.

* 1. **O Assentamento Teijin e a Educação/Capacitação Local**

Esse Projeto de Assentamento foi criado no ano de 2004, oriundo do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (FONTE: INCRA/MS), município de Nova Andradina-MS, onde residem atualmente aproximadamente 1.067 (mil e sessenta e sete) famílias assentadas. Essas famílias lutaram para conseguir um pedaço de terra com objetivo de conquistar uma vida mais digna, porém, diariamente se deparam com a carência/necessidade de Políticas Públicas de infraestrutura básica e/ou produtiva, econômica, social e ambiental, educacional, além, de apoio/assessoramento técnico profissional.

A luta pela terra foi realizada pelas famílias ligadas aos Movimentos Sociais, nesse caso, agricultores(as) familiares representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul – FETAGRI-MS e do Movimento dos Sem Terra - MST. Como o assentamento Teijin, já conquistou quase toda a infraestrutura básica necessária, ele vive um momento/etapa de demanda diferenciada, que perpassa da necessidade de produção para o consumo próprio e apresenta a necessidade de fomentar/implantar um sistema produtivo gerador de renda familiar com a comercialização dos produtos produzidos nos lotes/parcelas. Assim, a Política Pública de Crédito para investimento e custeio através da linha de crédito específica para a agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF) é a próxima bandeira de luta das famílias assentadas. Com esse enfoque na necessidade de informação, conhecimento, orientação e capacitação das famílias assentadas é que analisei a contribuição da Assistência Técnica, Social e Ambiental - ATES através da execução de seu serviço de capacitação para a Educação do Campo, no assentamento Teijin, já que a partir de abril de 2012 esse assentamento está sendo atendido com assessoramento técnico, social e ambiental pela Associação Criança, Esporte, Cultura, Educação e Recreação - CRESCER (entidade que presta serviços de ATES), que atua com uma equipe técnica composta por 13 (treze) profissionais com formações multidisciplinares (agrônomo, veterinário, administrador, gestor ambiental, pedagogo e técnicos em agropecuária) e uma secretária. O serviço é gratuito às famílias, sendo custeado pelo Governo Federal/INCRA-SR/16-MS. A proposta é propiciar uma ATES mais presente, contínua e envolvida com as famílias, promovendo capacitação individual e coletiva.

E, passado um ano de trabalho nesta comunidade, notadamente observamos mudanças no comportamento das famílias, pois há um maior empenho das mesmas, na procura pelo “conhecimento” técnico/científico associado ao prático e principalmente estreitamento no relacionamento do agricultor(a) familiar com a equipe de ATES presente na comunidade.

***1.2 - Assistência Técnica para a Agricultura Familiar***

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATES foi iniciado, no país no final da década de quarenta, com o objetivo de promover melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A ATES foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas.

Cabe Destacar que a Constituição Federal de 1988 determina que a União mantenha serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores.

A ATES deve organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de ATES Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica, Social, Ambiental e Extensão Rural, e apresentem as condições mínimas estabelecidas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os serviços de ATES devem participar da promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

O objetivo geral dos serviços públicos de assistência técnica deve ser estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.

O processo de capacitação deve formar profissionais capazes de atuarem como agentes de desenvolvimento local, em condição de investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores(as) e ao conjunto de pessoas que vivem no meio rural um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários(as) e com o espaço territorial onde estejam inseridos. Assim, precisa-se viabilizar um processo de formação de profissionais formadores de ideias, compatíveis com as dinâmicas de desenvolvimento local, regional e territorial. O desenvolvimento é um ato de vontade coletiva, que envolve o governo em suas esferas Municipal, Estadual e Federal e de todas as forças sociais, empenhadas em construir um outro e novo país, almejando melhores condições sociais e econômicas”, por meio de oportunidades.

Do ponto de vista metodológico, as atividades de formação deverão privilegiar metodologias baseadas na Pedagogia da Alternância, respeitando as especificidades locais e culturais, enfim as diferenças.

Sendo que os principais sujeitos a serem relatados na luta pela implantação e criação de uma Educação do Campo, são os Movimentos Sociais, que tem em suas bandeiras de luta a “Educação”, principalmente a Educação do Campo, além das esferas governamentais e demais entidades/organizações envolvidas.

**2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO, A LUTA PELA TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

De acordo com Munarin (2011) a experiência acumulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e dos acampamentos, bem como, a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correspondentes, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo.

Outra iniciativa em relação à educação no campo em Mato Grosso do Sul é a oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em instituições públicas brasileiras de ensino superior. Frisamos que a Educação do Campo tem se constituído em um fenômeno crescente a ser estudado e compreendido nos processos educacionais brasileiros. Essa educação, nascida dos movimentos sociais camponeses, gradativamente, estende-se para outros grupos sociais que têm a terra como referência de sustentabilidade (NOAL, 2011).

De acordo com esta mesma autora:

Mato Grosso do Sul, é, por identidade fundante, um território de indígenas, de camponeses e, posteriormente, de quilombolas, ao servir de refúgio para negros fugidos durante o período da escravidão. Nos processos de acumulação de terras e de instituição de propriedades privadas (latifúndios), muitos desses grupos que permaneceram no campo perderam seus territórios e foram feitos trabalhadores(as) assalariados(as) (NOAL, 2011, p. 5).

Analisando essa situação, verifico que o Estado de Mato Grosso do Sul, é um território miscigenado que acolheu diversos povos, mas que por ter uma geografia rural dominada pelos grandes latifúndios, ao invés de tornar esses povos totalmente independentes, incluídos, ocorre o inverso, acaba fortalecendo discriminatoriamente a categoria de trabalhares(as) assalariados nas grandes propriedades (denominadas latifúndios), onde se tornam empregados e sua mão de obra gera seu sustento e riquezas aos donos/proprietários das terras, gerando a exclusão social.

**2.1. Olhar Reflexivo Técnico, Social e Ambiental**

O trabalho de Relato de Experiência foi elaborado diante da necessidade de políticas públicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar com o objetivo de promover o conhecimento/informação aos agricultores(as) familiares participantes e consequentemente o desenvolvimento sustentável familiar. Verificando isso é que me despertou a necessidade de “estudar e analisar” qual é a “Contribuição da Assistência Técnica, Social e Ambiental e a sua importância para a Educação do Campo junto a essa comunidade”. Os serviços a serem avaliados compreendem aos serviços realizados pela Associação CRESCER, no período compreendido entre 01 de abril de 2012 a 01 de abril de 2013, ou seja, 12 meses ininterruptos no Assentamento Teijin. Nesse período foram realizadas/executadas pela equipe técnica da Associação CRESCER as atividades de assessoramento técnico, social e ambiental, individuais e coletivas (com a realização de visitas técnicas individuais diretamente nos lotes “in loco”, com orientações e recomendações técnicas por profissionais de áreas multidisciplinares, bem como, capacitações através da realização de atividades coletivas, conforme descrito a seguir).

***2.2. Ações/Atividades Coletivas Executadas pela Equipe Técnica da Associação CRESCER***

No referido período houve a realização de 03 (três) Oficinas de trabalho denominadas de: Planejamento Inicial, Avaliação Parcial e Avaliação Final; realização de 03 (três) Seminários de Planejamento Inicial, Avaliação Parcial e Avaliação Final do núcleo operacional; realização de 27 (vinte e sete) cursos/capacitações com temas voltados para as áreas sociais, produtivas (produção/comercialização), econômicas e ambientais; implantação de 18 (dezoito) unidade produtivas agropecuárias; realização de 02 (dois) intercâmbios agropecuários no tema bovinocultura de leite, fruticultura e comercialização; realização de 18 (dezoito) reuniões com temáticas definidas em comercialização institucional (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) através da CONAB e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), organização social, gestão de propriedades, saúde, educação e ambiental; realização de 09 (nove) cursos sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária; realização de 02 (duas) reuniões especificamente para discutir a questão da educação ambiental; realização de 02 (dois) dias de campo com tema sobre manejo e conservação de solo; realização de 18 (dezoito) reuniões sobre saúde e seguridade social; realização de 06 (seis) reuniões sobre assessoramento a associações, cooperativas, grupos organizados (Jovens e Mulheres) e economia solidária, além da elaboração de 01 (um) Projeto de PAA através da CONAB com a participação de uma associação e dez de seus associados.

**2.3. *Ações/Atividades Individuais Realizadas pela Equipe Técnica da Associação* CRESCER**

Para iniciar os trabalhos de assistência técnica, social e ambiental a equipe técnica realizou a aplicação de um questionário de diagnóstico social (educação, cultura, esporte e lazer), produtivo, econômico e ambiental, denominado “Perfil de Entrada” em cada lote/parcela. Foram realizadas mais de 5.000 (cinco mil) visitas técnicas “in loco”, ou seja, lote a lote com a participação do agricultor(a) familiar e seus familiares.

Esse relato de experiência foi utilizado para verificar o estudo e análise das ações de capacitação desenvolvidas nessa comunidade. Para a construção desse relato foi feita a pesquisa utilizando o levantamento/coleta de informações por meio de uma reunião denominada de **“roda de discussão/diálogo”,** com a anotação de observações nas falas, fotos do grupo, aplicação de questionário individual e coletivo, enfim, discussão/diálogo. Participou dessa atividade um total de 18 (dezoito) agricultores(as) familiares (representantes/lideranças/comunidade) do Assentamento Teijin, sendo a maioria absoluta mulheres. O relato de experiência foi denominado de pesquisa aberta e/ou entrevista coletiva. Esses atores sociais participaram efetivamente da realização das atividades coletivas e individuais de capacitação e assessoramento técnico executado pela Associação CRESCER ao longo do ano de trabalho. Cada um dos entrevistados/participantes pode expor seu ponto de vista respondendo (em grupo e/ou individual) a um questionário desenvolvido com 04 (quatro) perguntas orientadoras e centrais, de fácil entendimento e com linguajar que propiciou respostas com o maior conteúdo quantitativo e qualitativo possível e necessário para o fechamento desse relatório de experiência. Os entrevistados(as)/participantes da atividade realizaram as suas ponderações quanto às perguntas orientadoras, isso de acordo com o seu conhecimento e vivência. Logo após o processo de coleta e levantamento de dados/informações, foi realizada a sistematização das respostas auferidas, respeitando e relatando fielmente os consensos conforme as respostas dos entrevistados(as) para que facilitasse analisar, interpretar e demonstrar de maneira sucinta, organizada e de fácil compreensão, a conclusão final conforme a realidade das respostas. Para a coleta de dados foi realizada uma reunião de aproximadamente 04 (quatro) horas para o relato de exeperiência, além de observações a materiais produzidos nas atividades/ações executadas no assentamento Teijin. Houve debates/diálogos embasados nas 04 (quatro) perguntas orientadoras e centrais direcionadas aos atores sociais/agricultores(as) familiares participantes desta pesquisa/levantamento de informações, bem como, foi anotada todas as observações necessárias e relevantes à conclusão do trabalho de relato de experiência. Participaram da reunião 18 (dezoito) agricultores(as) familiares, sendo 03 (três) homens e 15 (quinze) mulheres, com idade média entre 35 e 50 anos, escolaridade média ensino fundamental e médio e renda gerada especificamente da unidade de produção familiar, ou seja, lote/parcela no assentamento Teijin, município de Nova Andradina-MS.

**3. PERGUNTAS ORIENTADOURAS PARA O RELATO DE EXPERIÊNCIA**

1. **Pergunta 1 -** O desenvolvimento/consolidação da Educação do Campo pode ter contribuição da Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES)? Como?

**2)** **Pergunta 2 -** A Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) realizada neste assentamento no período compreendido entre 01/04/2012 a 01/04/2013, conseguiu promover/disseminar o conhecimento/informação aos participantes por meio da realização das capacitações, em âmbitos: social (educacional), econômico, produtivo e ambiental? Comente.

**3) Pergunta 3 -** O fortalecimento da Agricultura Familiar pode ser alavancado com uma Assistência Técnica, Social e Ambiental (Ates) mais presente e efetiva no cotidiano da comunidade? Se sim, por quê?

**4) Pergunta 1 -** As Políticas Públicas, entre elas a Educação do Campo atendem a necessidade/demanda dos agricultores (as) familiares? Se não, por quê?

**3.1. Reflexão Conforme Respostas Auferidas das Perguntas Orientadoras (sistematização das respostas)**

**1) Pergunta 1** - todos os participantes desta roda de discussão/diálogo compreendem que não há o desenvolvimento/consolidação da Educação do Campo sem a participação da (s) assistência técnica atuante junto a comunidade, ou seja, as empresas de assistência técnica podem e devem contribuir com a educação do campo. Relatam que qualquer ação no meio rural deve haver a cumplicidade, a soma de conhecimentos, a interação de conhecimento. A assistência técnica, neste caso a Associação CRESCER pode ser a facilitadora, fomentando e propiciando a informação técnica associada ao conhecimento prático.

**2) Pergunta 2** – por unanimidade os participantes relatam que a Associação CRESCER atingiu o objetivo, ou seja, as pessoas após as ações executadas mudaram suas próprias “ações”, onde as famílias adotaram e seguiram a ideia da CRESCER quanto ao desenvolvimento pretendido. Assim, as capacitações individuais (visitas técnicas in loco e atividades coletivas como reuniões, cursos, intercâmbios, dias de campo, unidades demonstrativas e palestras) conseguiram atingir o previsto significativamente promovendo mudanças visíveis e consideráveis nos sistemas produtivos, sociais, econômicos e ambientais na comunidade.

**3) Pergunta 3** – Todos concordam e entendem que o fortalecimento da agricultura familiar tem como principal agente de mudança a assistência técnica, aliada aos agricultores(as), bem como, sociedade e governos. Descrevem a necessidade de uma assistência técnica presente e constante, pois a mesma aproxima os sujeitos, trabalhadores(as), do processo de desenvolvimento, oportunizando a participação de todos por meio de ações/atividades concretas. A parceria é fortalecida, pois une o conhecimento técnico ao conhecimento/sabedoria popular das famílias, embasado no conhecimento histórico da comunidade, fomentando a construção de uma agricultura familiar mais consistente/preparada com o propósito de diminuir riscos nas mais diversas tomadas de decisão, perpassando desde o sistema produtivo até mesmo em investimentos educacionais dos filhos.

**4) Pergunta 4** – Nesta questão, a maioria, ou seja, treze participantes, entendem que as políticas públicas, entre elas a Educação do Campo não atendem as necessidades, nem as demandas dos agricultores(as) familiares. Os cinco participantes restantes, compreendem que atende parcialmente, mas que tem de melhorar muito. Os relatos demonstram que na visão dos agricultores(as) envolvidos neste trabalho, as políticas públicas de modo geral não chegam como deveria chegar ao campo.

De acordo com os relatos dos participantes, a temática sobre Educação do Campo está servindo somente para propiciar a geração de informações para bancos de dados às pesquisas de estudiosos, porém, não atendendo a demanda do “sujeito” do campo. Há uma inversão de papéis, onde o campo é visto como uma “unidade receptora” e não como um espaço autônomo do produtor (a), as políticas públicas não são criadas/construídas para o campo e sim adaptadas ao campo.

***3.2. Arquivo Fotográfico da Reunião Denominada “Roda de Diálogo/Discussão”***



**Foto 1:** Reunião denominada **“roda de discussão/diálogo”**

para coleta de dados/informação.

**Fonte:** Associação CRESCER – 2014.



**Foto 2:** debate em grupos sobre as perguntas orientadoras

e sistematização.**.**

**Fonte:** Associação CRESCER – 2014.



**Foto 3:** Finalização e sistematização dos dados coletados e

anotações das observações individuais para a conclusão do relato

de experiência.

**Fonte:** Associação CRESCER – 2014.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Relato de Experiência foi realizado conforme os relatos/conhecimentos dos participantes e suas considerações, de acordo com a opinião própria e sem indução. Em todas as “falas” dos participantes foi diagnosticado, inclusive por meio de exemplos dados no momento das intervenções a necessidade de constantes “AÇÕES” de caráter governamental junto ao campo brasileiro, em específico a agricultura familiar, para implementar as políticas públicas produtivas, econômicas, sociais, ambientais e principalmente educacionais (Educação do Campo), não somente no tocante acadêmico, mas na Educação geral, de informações e conhecimentos. Nessa atividade/trabalho, diagnosticou-se que as famílias estão preocupadas com o futuro de suas gerações, que acreditam na educação tanto na formação acadêmica, bem como, na formação pessoal por meio de informações/conhecimentos (capacitações por meio de cursos, reuniões, palestras) e que necessitam de ações governamentais mais incisivas, mas também que tudo o que for para o campo, deve respeitar as condições e/ou especificidades diferenciadas que o campo brasileiro apresenta, ou seja, essas ações devem ser criadas e implementadas conforme suas demandas. É extremamente necessário e inevitável a participação desses atores sociais na construção dessas ações e não somente na execução (implementação na prática das ações), pois talvez o que os pensadores entendem ser o melhor para o campo, na realidade não atende os desejos/anseios de quem realmente “é” e “vive” no campo. O comportamento dos/as participantes na atividade evidenciou a angústia intensa dessas pessoas em qualificar a vida no campo, em promover o desenvolvimento do campo, em produzir e comercializar seus produtos, em fortalecer os laços sociais, em gerar riquezas ao Município, Estado e País, mas acima de tudo, busca a cada dia intensamente uma condição de promover a seus familiares uma vida mais digna, de respeito social e econômico, com sustentabilidade equilibrada entre o ser humano e natureza, mas sabendo-se que o primordial é o respeito de toda a sociedade em condições igualitárias de direitos e não somente de deveres.

Comparando o trabalho de capacitação realizado através dos trabalhos da assistência técnica, diagnosticou-se que toda ação desenvolvida conjuntamente com a comunidade, os resultados finais, tenderam a serem mais proveitosos, positivos e propulsores, pois propiciaram resultados melhores qualificados, devido à participação dos indivíduos que vivenciam as problemáticas e conhecem as dificuldades/realidades locais e assim, direcionam diretamente para a solução da causa conforme a demanda concreta. No entanto, a participação ainda gera compromissos tanto nas esferas governamentais, quanto para as pessoas envolvidas. Mas como havendo a participação até mesmo o “ônus” trazido atrelado a cada ação é debatido, fica mais fácil que o campo consiga saber antecipadamente qual será o compromisso de cada “um” para que ao final a execução das ações possa promover e acontecer a contento e sair do patamar das críticas, para ser amparados em “ajustes futuros” para a melhor execução.

Portanto, as ações para o campo são importantes e extremamente necessárias, um exemplo disso são as Políticas Públicas sociais: Bolsa Família, Educação do Campo, Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, Programa Nacional do Crédito Fundiário-PNCF, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, etc., mas o importante é que essas políticas públicas necessitam e devem ser desenvolvidas “com a participação direta de homens e mulheres do campo” e não “para o campo”, pois com isso, a chance do risco da inoperância será reduzido consideravelmente. O Campo brasileiro sem sombras de dúvida é a nossa maior riqueza, portanto, merece “cuidados e respeito” especiais, mas também temos que ter a visão de que o campo não é formado único e exclusivamente por ser um espaço físico/geográfico (terra/solo, água, ar, plantas, rochas e animais) a ser explorado e preservado, mas é formado principalmente por “pessoas” que ali vivem, produzem para o autoconsumo, bem como, produzem comercializando o excedente e gerando divisas/riquezas ao país e por isso políticas públicas devem cada vez mais atender o Campo brasileiro.

**5. REFERÊNCIAS**

CONTAG – Sétimo Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (1998). Documento-Base: **Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília. 30 de março a 04 de abril de 1998.

FENG, Lee Yun. **Projeto Educação do Campo:** estratégias e alternativas no campo pedagógico. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Publicado pelo CONDRAF como Texto para Discussão N. 4 do NEAD/MDA em outubro de 2003. Revisado e republicado pela SDT/MDA em março de 2005.

MUNARIM, Antônio. **Movimento nacional de educação do campo:** uma trajetória em construção. GT-03: Movimentos Sociais e Educação.Disponível em: **<**[www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244--Int.pdf)> acesso em: 21 ABR. 2013.

NOAL, Mirian Lange. **Formação continuada de educadores e educadoras do campo:** possibilidades e desafios da educação à distância.CPC2 - Formação de Educadores do Campo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.Disponível em:<[www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/289](http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/289)>: acesso: 20 ABR. 2013.